

Oitavo Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política – ABCP

Área Temática: Eleições e Representação política

Título do Trabalho: Como partidos significam e legitimam suas origens?

Saliency Theory e análise dos textos partidários

Nomes: Rafael Machado Madeira e Gabriela da Silva Tarouco

01 a 04/08/2012

Gramado, Rio Grande do Sul

1. Introdução

O presente trabalho visa a analisar os documentos que marcam a fundação dos principais partidos políticos brasileiros criados a partir do fim do bipartidarismo. Parte-se do pressuposto de que o fato do regime militar brasileiro ter criado um sistema bipartidário e ter mantido (com todas as suas deficiências) um calendário eleitoral para alguns cargos constitui-se em uma *local policy dimension* para se entender a transição e consolidação do atual sistema partidário brasileiro. Um dos principais argumentos defendidos neste estudo é o de que é preciso desmistificar a ideia de que os programas dos partidos políticos são letra morta – que não nos dizem nada de verdadeiro sobre os mesmos. Para retirar dos programas o que eles podem nos dizer de realmente útil para o entendimento deste período crucial na história política brasileira é preciso saber o que perguntar aos mesmos.

Cabe afirmar também que o que se pretende aqui é, para além da questão mais óbvia da distinção entre: 1) as forças que apoiaram o regime militar na ARENA (PDS e PFL); 2) as forças que formaram o partido de oposição consentida e moderada no interior do MDB (PMDB e, em menor medida: PTB e PDT) e; 3) os grupos que lutaram fora dos mecanismos permitidos pelo regime, seja na clandestinidade, no exílio, ou nos sindicatos e movimentos sociais (principalmente PDT e PT). Esta primeira classificação é o ponto de partida que nos permite propor esta análise identificando as diferentes formas e estratégias a partir das quais cada partido busca legitimar e se apropriar de “seu” passado e se credenciar como porta-voz dos “verdadeiros” interesses, seja do país como um todo, seja dos “trabalhadores”.

2. Programas do PDS e do PFL: a gênese da “direita envergonhada”

Em estudo anterior (Madeira e Tarouco, 2011) identificou-se que um dos principais pressupostos da *Salience Theory* é o de que o contexto específico em que determinados partidos estão inseridos influencia diretamente as bandeiras e temas que cada partido buscará inserir, ou retirar, da agenda política. Assim, ao longo do tempo, a modificação das questões que pautam o debate político pode

favorecer ao partido *A* e um primeiro momento, e ao partido *B* no contexto seguinte.

O presente estudo parte do pressuposto que para a análise dos programas dos partidos políticos brasileiros fundados após o fim do bipartidarismo instaurado pelo regime militar é fundamental levar em consideração o contexto político de transição de um regime autoritário para um regime democrático. Um contexto no qual a transição é iniciada e pautada pelo próprio regime militar. Em análise anterior (Tarouco, 2007), identificou-se que o exercício de se aplicar as categorias utilizadas pelo *Manifesto Research Group* (Klingemann, H.-D. Volkens, A. et al. 2006; Benoit, K. and M. Laver, 2006; Budge, I., Robertson, D. et al. 1987) aos partidos políticos brasileiros se mostrou improdutivo dado que parcela significativa das frases não pode ser classificada nas categorias utilizadas. Em função desta dificuldade, pretendemos aqui analisar os textos dos partidos não levando em consideração as categorias em questão. Tal iniciativa visa a trazer para a análise justamente o discurso dos partidos sobre o contexto da transição democrática, bem como da forma como cada partido busca se inserir neste processo.

Por óbvio, este contexto específico favorece sobremaneira as forças políticas que (seja no partido de oposição, seja na clandestinidade) se opuseram ao regime de exceção. A análise dos programas dos remanescentes da ARENA revela que às forças que apoiaram o regime militar, restaram as ingratas tarefas de: 1) justificar o apoio ao regime; 2) se desvincular, na medida do possível, da imagem do autoritarismo e 3) defender a redemocratização (lenta, gradual e “pactuada”) do país e suas instituições¹. Tudo isto, evitando a condenação aberta do regime militar. Já em, seus primeiros parágrafos, o documento de formação do Partido Democrático Social (PDS) explicita claramente a tentativa do principal herdeiro da ARENA de alcançar estes três objetivos.

O Brasil está hoje entre as **dez maiores economias do mundo**. **Rompemos a muralha do atraso** e começamos a viver o sonho do nosso grande projeto nacional. A complexidade do país **passa a exigir** a presença de instituições políticas vigorosas capazes de operar uma grande nação democrática, constituindo uma sociedade aberta e pluralista, desejosa de assegurar o

¹ Embora sejam analisados em conjunto, cabe ressaltar que a fundação do PFL se dá já em 1985, um período em que a transição se encaminhava para o seu final. Sobre as disputas no interior do PDS que levaram à formação do PFL no contexto da definição das candidaturas ao Colégio Eleitoral, ver: Madeira, 2006.

progresso dentro da liberdade. **Muito foi feito**, mas é evidente que **ainda resta muito por fazer**. (Chacon, 1985, p. 557. Grifos nossos).

A leitura dos documentos produzidos por PT, PDT, PTB e, principalmente, por PMDB, PFL e PDS no contexto de suas respectivas fundações permitirá identificar como cada um busca justificar a sua posição a partir de uma reconstituição/releitura específica da ditadura militar que marcou os 15 anos anteriores. Dependendo do partido, determinados aspectos são valorizados, enquanto outros são totalmente ignorados. Dentro desta linha discursiva, o avanço econômico (o chamado milagre econômico 1969/1973) é utilizado pelo PDS tanto para justificar a atuação dos governos militares, quanto para explicar a possibilidade (e até justificar a necessidade) do retorno das instituições e garantias democráticas. Deixando implícito que tal redemocratização só se tornou possível após as “correções” realizadas pelo regime militar.

Neste sentido, implicitamente, o texto corrobora o discurso dos militares e dos apoiadores civis do golpe de que a ditadura foi uma medida drástica, mas importante para salvaguardar as instituições democráticas e “salvar” o país da ameaça comunista². Esta função vigilante atribuída às forças armadas ainda é ressaltada pelo partido ao afirmar que:

A instituição militar é eminentemente nacional e apartidária, dependente das instituições políticas com subordinação ao Chefe do Estado. O **respeito e prestígio** às forças armadas **e sua valorização são objetivos preponderantes**, dando-lhes condições de modernização e adestramento, para que possam **prosseguir na patriótica missão de defensoras da soberania nacional e garantia das instituições democráticas**. (Chacon, 1985, p. 562. Grifos nossos).

Mais uma vez se identifica a valorização não só das forças armadas, mas também da sua atuação no sentido de garantir a soberania e as instituições. A

² É significativo notar aqui que o próprio discurso dos militares possui um claro caráter esquizofrênico dado que ele não se assume enquanto algo bom em si mesmo (como o melhor caminho), mas sim, como uma necessidade para salvaguardar aquilo que estava precisamente sendo extinto (instituições democráticas). Tal aspecto pode ser claramente identificado no primeiro parágrafo do manifesto de fundação da ARENA. Se no Brasil a questão do regime militar se constitui efetivamente em uma *local policy dimension* relevante para definir esquerda/direita, talvez o fenômeno da “direita envergonhada” seja ainda mais antigo do que se supõe. “A Aliança Renovadora Nacional considera **objetivo fundamental a implementação da democracia** representativa como regime político que se traduz pela **vigência plena dos direitos públicos subjetivos civis, políticos e fundamentais** da pessoa humana, bem assim, pelas diferenciações estruturais – política, econômica, psicossocial e militar – adequadas realisticamente ao seu exercício. (Chacon, 1985, p. 499. Grifos nossos).

chamada “revolução de 1964” é mais uma vez definida como uma necessidade, um esforço “patriótico” desempenhado pelos militares no cumprimento de seu papel de defensor da soberania nacional e das instituições democráticas...

Nossa época exige corretivos estratégicos e táticos para atender ao desejo de reformas que firmem as instituições republicanas e federativas, promovam o desenvolvimento **sem desfigurar o perfil histórico da Nação**, garantam as liberdades civis, os direitos humanos e a **harmonia** dos diversos setores da população. [...] Nossa **vocação para a paz** e a liberdade é uma constante histórica. Somos hoje mais de cem milhões de habitantes falando a mesma língua, sem conflitos religiosos ou de raça, com **amplos êxitos econômicos e largos progressos sociais**. (Chacon, 1985, p. 557. Grifos nossos).

Se anteriormente a democracia foi definida como uma exigência após a complexificação socioeconômica e a “pacificação” do país, e mesmo ela sendo definida (em outros momentos do texto) como um valor a ser buscado, a citação acima (PDS) indica que a redemocratização não seria um fim em si mesmo para as lideranças civis que apoiaram o regime. Ao mesmo tempo, esta citação reforça a idéia de que, para além do desenvolvimento econômico, o regime militar teria sido fundamental para recolocar o país em sua trajetória “natural” de “harmonia e paz” entre os diferentes “setores” da sociedade brasileira.

Não queremos um partido feito em gabinetes ou laboratórios, ou representativo de minorias, mas sustentado em bases populares, construído de baixo para cima. **Tampouco desejamos um partido ideológico, dogmático**. Queremos, sim, um partido de ideias. Temos, pela identidade de propósitos, **raízes profundas no passado. Nossos laços são com o futuro**; nosso compromisso é com todos os brasileiros, quaisquer que sejam suas origens e posições. [...] Nossa ação partidária **não se submeterá a pressões ideológicas de direita ou de esquerda**. [...] O PDS é um partido de idéias, que **repudia as intransigências ideológicas**. Não aceita, pois, o capitalismo selvagem, gerador de terríveis injustiças, nem o coletivismo marxista que, a pretexto de corrigir erros de uma sociedade desumana, edificou outra, inumana e **apartada de Deus**. (Chacon, 1985, p. 558 e 563-564. Grifos nossos).

Após as tentativas iniciais de justificar, mesmo que não de forma explícita, as transformações pelas quais o país havia passado e de compatibilizar o apoio (não explicitado aqui) ao regime militar com a defesa da redemocratização, o texto busca estabelecer um duplo processo de diferenciação: por um lado, busca se desvincular do regime lançando os seus olhos para o “futuro”, e não para o “passado”; por outro lado, o PDS busca se definir como um partido “de ideias” e não “de ideologias”. Esta relação delicada estabelecida pelo texto entre olhar para

o futuro, não negar abertamente o seu passado, buscar se desvincular (na medida do possível) do regime militar e, ao mesmo tempo, atender aos interesses dos militares se condensa genialmente em uma frase que, não por acaso, constitui ela mesma um parágrafo do documento: “*Entendemos que o ódio, a violência e o **ressentimento nada realizam***” (Chacon, 1985, p. 562. Grifo nosso). Ao reforçar a ênfase na busca pela harmonia social e pela paz, o texto incorpora uma das principais preocupações e demandas dos militares (condição essencial para que concordassem em deixar o poder): a garantia de que a Lei de Anistia³ não seria objeto de reformulação. Ao mesmo tempo em que serve para tentar se desvencilhar dos militares, buscando deslocar o debate do regime militar para o “futuro” (tentativa de não mais “discutir o passado”), esta “não discussão do passado” é também funcional aos militares dado que auxilia a “enterrar” este tema delicado de uma possível investigação sobre a conduta do aparelho repressor, principalmente nos chamados anos de chumbo (auge da repressão), entre 1969 e 1973.

A estratégia de apoiar uma transição mais conservadora se evidencia também no trecho a seguir, que lista como indicativos máximos da democracia as liberdades individuais e os direitos sociais, sem mencionar igualdade nem participação política e alinha o partido com a preocupação de defesa da liberdade dos indivíduos. A legitimidade do poder é vista como consequência mecânica do voto. Esta abordagem parece indicar o tipo de reforma e transformação que o partido estaria disposto a defender, qual seja, a liberalização da representação via eleições, que não ameaçasse as liberdades e direitos civis individuais (supostamente colocadas em risco pelo comunismo), em defesa dos quais as liberdades políticas teriam sido sacrificadas em 1964.

Nosso Partido coloca-se na linha de tradição dos grandes partidos democráticos que fizeram as maiores conquistas da humanidade, construíram e sustentaram o direito não somente às liberdades subjetivas, mas os direitos e garantias sociais contra a fome, o medo, as doenças, o desemprego, a miséria, a perseguição religiosa e a violação da privacidade dos cidadãos. **Democracias que lutam para eliminar injustiças sem matar a liberdade.** Nossa proposta é a formação de uma agremiação política que defenda a **Reforma** e a Transformação. Nossa doutrina é a **Democracia Social**. Nosso

³ A Lei da anistia foi promulgada em 1979 e anistiou tanto os militantes de esquerda, quanto os militares que atuaram na repressão aos opositores do regime.

objetivo é o Poder, conquistado pelo voto, para executar nosso programa **dentro de um Estado Social de Direito**. (CHACON, 1985, p. 558. Grifos nossos).

Por outro lado, também se identifica já na fundação do PDS a recusa dos remanescentes da ARENA de se identificarem enquanto “lideranças de direita”. Ao mesmo tempo em que atribuíam um valor depreciativo ao termo “esquerda” (justificando a necessidade do regime em função da “desordem” e da “ameaça comunista”) as lideranças do PDS não aceitam o rótulo de “direita”. A diferença entre o programa do PDS na sua fundação e o fenômeno identificado a partir do final da década de 1980 é a de que enquanto na fundação do partido, o mesmo se recusa a se localizar no *continuum* direita/esquerda, a partir do final dos anos 1980, as principais lideranças (seja do PDS, seja do PFL) passarão a utilizar o *continuum*, mas se auto-definindo como lideranças de centro.

Contudo, é significativo ressaltar que o embrião desta tendência a buscar se constituir em uma “terceira via” – em uma alternativa de centro – já se encontra presente no programa do PDS aqui analisado:

Entre o imobilismo conservador e a pregação revolucionária, de inspiração marxista, o PDS opta pela correção das injustiças atuais, existentes, quer nas relações de trabalho, quer nos desníveis entre as regiões nacionais, mediante reformas em nossas estruturas políticas, sociais e econômicas, feitas com o **consentimento pacífico da maioria**. (Chacon, 1985, p. 563. Grifos nossos).

Na comparação com os textos do PFL, é interessante ressaltar dois aspectos: a caracterização da necessidade de “reconciliação” e um posicionamento mais consistente no sentido de defender os ideais do liberalismo, identificado, por exemplo na preocupação pela limitação do grau de ingerência do Estado na economia (bandeira que não é identificada nos textos do PDS).

No que diz respeito ao primeiro ponto, o manifesto do PFL afirma: “A hora da reconstrução da democracia deve ser a **hora do reencontro**, indispensáveis à solução das graves dificuldades que nos afligem. **Não há por que reviver antagonismos que as novas realidades se incumbiram de superar.**” (Chacon, 1985, p. 629. Grifos nossos). Em um primeiro momento, pode-se identificar aqui apenas uma reafirmação da demanda das lideranças civis/políticas que apoiaram o regime militar no sentido de lutar contra qualquer tentativa de investigação dos

atos de repressão cometidos durante o regime. No entanto, ao levarmos em conta o contexto específico no qual o PFL foi criado, contexto no qual várias lideranças regionais do PDS se incompatibilizam com o candidato do partido no Colégio Eleitoral – Paulo Maluf – e optam por fundar um novo partido e realizar uma coligação com o PMDB, pode-se identificar que, para além de abarcar a demanda dos militares, o texto serve também para justificar a aliança firmada entre “rivais históricos”. A aliança entre uma parcela da ARENA (agora no PFL) e o antigo MDB se justificaria dado que neste novo momento esta aliança representava um passo fundamental no processo de transição política: garantir as condições que viabilizassem a ascensão de um civil à presidência da República.

Talvez, a principal diferença entre os textos do PDS e do PFL diga respeito justamente ao posicionamento programático do segundo no sentido de levantar a bandeira do liberalismo econômico. É interessante ressaltar que a defesa da bandeira do liberalismo serve, inclusive, para criticar a tradição estatizante no Brasil. Ao criticar as políticas econômicas implementadas “no passado”, o texto traz uma crítica que, embora não direta, se direciona também ao modelo econômico implementado pelos militares.

Combateremos, do mesmo modo, a **centralização, doença crônica de nosso organismo político-administrativo**, que não se coaduna com a dimensão, as diversidades e a urgência de nossos problemas. A **concentração** de poder que ao longo dos anos se processou neste país, **acabou por atingir gravemente a Federação, a independência dos poderes e o dinamismo econômico e social**. É imperioso iniciar, imediatamente, a reversão desse processo e **restituir às unidades federadas a competência e os recursos progressivamente transferidos ao Governo Federal**. Impõe-se, sobretudo, **libertar as imensas energias criadoras do homem brasileiro, historicamente sufocadas pelo centralismo e pelo estatismo**. [...] O amplo processo de libertação inclui a proteção do cidadão contra a asfixia burocrática, **o controle da voracidade fiscal e a contenção da interferência excessiva do Estado na atividade econômica**. (Chacon, 1985, p. 629-630. Grifos nossos).

Duas questões aparecem relacionadas aqui, ambas tendo como referência a demasiada concentração de poder no governo central. Por um lado, o pacto federativo no Brasil mereceria uma reformulação, dado que (em comparação com o período democrático anterior ao golpe: 1945-1964) o poder executivo central teria sido sobre-dimensionado. Maior autonomia e competências não só para os demais entes federativos, como também para o poder Legislativo. Aqui, o PFL

resgata a velha bandeira do federalismo, tão cara a partidos como o antigo Partido Libertador. É interessante notar que estas demandas são também demandas dos partidos não vinculados ao regime militar.

Com relação ao segundo ponto, aqui sim a defesa do liberalismo se faz de forma clara. Contudo, no manifesto e programa do PFL não se faz menção alguma a temas como: ideologia, esquerda, ou direita. O partido, assim, se define como liberal, mas não como de direita e não se assume enquanto antiga base de apoio do regime militar. O que permite afirmar que, no que tange aos textos produzidos pelos dois partidos no momento de suas respectivas fundações, o apoio ao regime militar e o contexto da transição democrática estabeleceram uma série de constrangimentos aos mesmos. Contudo, estes constrangimentos não afetaram os partidos da mesma forma: o discurso do PDS foi significativamente mais “envergonhado” que o do PFL.

A análise dos textos dos principais herdeiros da ARENA permite identificar e relacionar dois pontos importantes: o primeiro (mais superficial) é o quanto estas forças estavam constrangidas pelo fato de carregarem o “fardo” de terem formado a base civil/política de sustentação do regime militar; o segundo ponto revela diferença de posicionamento digna de nota entre PDS e PFL no debate sobre o grau de ingerência do estado na economia. Enquanto PDS “nega os extremos” e procura encontrar uma via intermediária⁴ entre o “capitalismo selvagem” e a *estadolatria*, o PFL se assume claramente como adepto do liberalismo econômico. Isto é, ambos remanescentes da ARENA se encontravam diante da ingrata tarefa de se desvincular e ao mesmo tempo justificar o regime militar, mas os partidos não buscam alcançar estes objetivos da mesma forma e a partir de posicionamentos idênticos.

⁴ Sobre esta questão, ver Quadros, 2012.

3. Quem representa a Verdadeira oposição? As oposições e as disputas por identidade e legitimidade entre PMDB, PTB, PDT e PT

3.1. PMDB e a luta pelo “monopólio da oposição”

Antes do exame dos programas dos demais partidos, a suposição de que a posição fortemente contrária ao regime militar serviria como um agente homogeneizador dos programas, principalmente do PMDB, do PDT, do PTB e do PT, era dada como algo líquido e certo. Afinal de contas, nada seria mais coerente com a hipótese principal deste estudo de que a formação dos novos partidos tenha tido como agenda principal (*local policy dimension*) o regime autoritário e a experiência bipartidária. No entanto, embora perpassasse todos os programas (confirmando a hipótese da sua relevância), o regime militar e a experiência bipartidária estão longe de esgotar as questões conjunturais que marcam o processo de criação destes partidos. A análise permitirá concluir que se os temas citados acima perpassam todos os programas (agente homogeneizador), a forma como cada partido buscará se diferenciar dos demais confere aos programas uma heterogeneidade digna de nota. Para além de se reivindicarem enquanto oposição ao regime militar, estes partidos disputaram entre si identidades, heranças, tradições e símbolos (“PTB”, por exemplo).

O texto produzido pelos fundadores do PMDB, por exemplo, permite identificar já em seu primeiro parágrafo a riqueza desta agenda. O comprometimento com a luta pela democracia é o grande valor a ser defendido e reafirmado. No entanto, tão importante quanto a “luta pela democracia” é a tentativa do partido de continuar se legitimando como o principal e (na melhor das hipóteses o inquestionável) agente/porta voz desta luta.

O retorno ao multipartidarismo constitui-se em marco importante da redemocratização do país e teve como uma de suas principais consequências e possibilidade de organização de partidos como o PT que representava majoritariamente setores até então sem possibilidades significativas de acesso ao aparato institucional.

É claro que este movimento era também estratégico para o regime dado que tinha como um dos principais objetivos “dividir as oposições”, isto é, estimular

(através da criação de novos partidos) a competição entre as forças que, seja no MDB, seja na clandestinidade, se opuseram ao mesmo. Neste sentido, uma das primeiras questões dignas de nota é justamente como o PMDB vai significar esta iniciativa do regime.

Com a extinção do MDB, o regime autoritário tomou **a mais violenta** de uma longa série de medidas que se assemelham todas no fundamental. Sempre que **as oposições**, fiéis à vontade popular, ameaçaram o poder discricionário e se constituíram em alternativa de governo, o sistema, mudando casuisticamente as regras vigentes, procurou impedir essa alternância. Agora, **perpetra-se, repete-se, perpetua-se o golpe de estado**, com **flagrante ofensa aos princípios constitucionais**. (Chacon, 1985, p. 579, grifos nossos). O Movimento Democrático Brasileiro foi o **grande instrumento das oposições**. Cresceu apesar de todas as adversidades e todas as descrenças, até tornar-se, pelo voto, **representante inequívoco** da maioria da Nação. Superou todos os casuísmos com que se procurou detê-lo, até que o governo teve que recorrer ao expediente **fascista** e final da dissolução partidária. (Chacon, 1985, p. 580. Grifos nossos).

A interpretação de que a extinção de ARENA e MDB e o retorno ao multipartidarismo representaram passos significativos rumo à liberalização do regime e redemocratização do país foi amplamente majoritária, seja entre as lideranças políticas, os veículos de imprensa e mesmo na literatura especializada. Contudo, a perspectiva de perda do que se poderia denominar como o “monopólio institucional” de oposição ao regime representa um risco muito grande para o PMDB, razão pela qual o partido critica tanto esta iniciativa em seu Programa. Sobre este ponto, vale a pena se perguntar: 1) Qual princípio constitucional teria sido desrespeitado pelos militares ao extinguir o bipartidarismo? A verdadeira redemocratização pressuporia uma mudança do regime aliada à manutenção do sistema bipartidário, criado pelo próprio regime?

Esta crítica está claramente articulada a uma das imagens mais caras ao partido: a de veículo de representação política “da grande maioria da população”. E a extinção do bipartidarismo impõe ao PMDB a necessidade de reivindicar a manutenção desta posição de representante “inequívoco” do povo brasileiro.

Tomando-se como referência o estudo que Melhem (1998) realiza sobre a trajetória do MDB/PMDB em São Paulo, pode-se afirmar que naquele momento os riscos eram significativos. Por um lado, a grande bandeira que, ao menos no discurso, atuava como agente homogeneizador do partido (a “luta pela democracia”) perdia eficácia simbólica à medida que a abertura avançava. Por

outro, a possibilidade de formação de novos partidos e a incorporação de novos atores políticos e sociais ao jogo partidário e eleitoral ameaçava o PMDB dado que aumentaria a oferta de legendas e candidaturas mais à esquerda e/ou sem vínculo explícito com o regime. Este efeito era ainda maximizado dado que abria para numerosas lideranças e/ou grupos (antigas sublegendas, por exemplo) descontentes com os rumos do PMDB, ou sem maior espaço dentro do partido, a possibilidade de migrar para outra legenda. Não só novos partidos surgiriam, como parte deles poderia ser constituída por ex-emedebistas.

Já no final da década de setenta, a reintrodução do pluripartidarismo causa impacto na confederação emedebista, pela atração que outras legendas exercem. Militantes e quadros defensores de uma maior rigidez ideológica, de tendência considerada de esquerda, são atraídos pelo PT, enquanto os *catch-all* PTB e PDT atraem antigos trabalhistas, além de abrirem as portas para descontentes com o MDB. (Melhem, 1998, p. 134).

O impacto do retorno ao multipartidarismo no curto e médio prazo variou em cada estado/região. Em São Paulo, a própria autora afirma que o partido não perde um número significativo de lideranças (a não ser com a fundação do PSDB, já em 1988). Porém, a estruturação de novos partidos já impacta diretamente as chances de vitória do PMDB na eleição para os governos estaduais em 1982, quando, por exemplo, o PDT de Leonel Brizola vence no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul a dispersão dos votos “à esquerda” entre PMDB, PDT e PT resultou na vitória do PDS. Resumindo este ponto, independente do impacto sofrido, o fato é que a possibilidade do PMDB sofrer perdas (eleitorais e de quadros internos) significativas representava uma séria ameaça ao partido e a análise do seu Programa fundacional deixa isto muito claro.

Ao mesmo tempo em que critica esta “atitude fascista”, o texto visa a ressaltar a força eleitoral do partido e o fato de o mesmo ter alcançado um estágio tal que o credenciaria a capitanear as forças de oposição ao regime no processo de abertura e a se colocar como uma alternativa viável de poder nas futuras eleições. Aqui, argumenta-se que nem mesmo todas as medidas casuísticas e todos os atos de perseguição sofridos pelo partido (MDB) desde a sua fundação foram capazes de impedir, seja o desenvolvimento da estrutura do partido, seja o seu crescimento eleitoral. E o clima amplamente favorável às forças de oposição (ilustrado, por exemplo, na revogação do AI-5) coincide justamente com o

momento em que o partido se encontraria amadurecido, robusto e “calejado” para a continuidade da “sua” luta. Anteriormente, identificou-se nos Programas do PDS e do PFL a preocupação de justificar o passado para se posicionar no futuro. O Programa do PMDB também ilustra de forma clara esta estratégia de buscar legitimar e garantir seu lugar no processo de abertura, justificando-o a partir de uma leitura específica do passado.

Os fundadores do PMDB lembram à Nação que a **fé e a esperança dos brasileiros insubmissos** fizeram de cada um destes motivos de desalento uma oportunidade para um novo avanço contra o governo, o regime discricionário e a ordem social que o regime e o governo querem manter. E declaram que **a maior truculência** de todas – a dissolução coercitiva do Movimento Democrático Brasileiro – **será transformada, pela mesma esperança e pela mesma fé, de um número cada vez maior de brasileiros revoltados, no maior de todos os avanços:** a construção do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

A Nação não esquece que **cada arbitrariedade do regime permitiu sempre uma definição mais nítida das forças oposicionistas [...]** Agora, este mesmo avanço dar-se-á em dimensão maior. O PMDB congregará **todas as correntes verdadeiramente populares e democráticas [...]** E **ganhará novos quadros** que, até hoje, permaneceram afastados da política partidária por não identificá-la como veículo adequado aos movimentos de base. (Chacon, 1985, p. 580. Grifos nossos).

A constância e a inconformidade de muitos transformaram um partido indefeso, numa organização vigorosa que o **regime teve que extinguir para poder, por mais algum tempo, sobreviver.** A mesma constância e inconformidade transformarão o sucessor desse partido num movimento que **emancipará o País** não só do governo, mas do regime despótico, não só do regime, mas da **ordem social vigente.** (Chacon, 1985, p. 583-584. Grifos nossos).

A defesa da redemocratização pelo PMDB é, em contraste com aquela presente no manifesto do PDS, significativamente prospectiva. Mais que denunciar os abusos da ditadura, tratar-se-ia de projetar um modo de funcionamento democrático para o futuro que inviabilizasse qualquer iniciativa de retrocesso autoritário. Diminuir os riscos de um possível retrocesso era uma prioridade naquele momento e a supressão de mecanismos institucionais característicos do autoritarismo era vista como uma garantia importante neste sentido. Quaisquer resquícios de influência de instituições militares sobre o governo civil deveriam ser banidos:

Considerará também a importância de evitar retrocessos políticos, de consolidar e aprofundar as conquistas democráticas abolindo-se as causas sociais, econômicas e políticas que possibilitaram a instalação do regime

ditatorial no país, e terá como indispensável à **extinção dos órgãos policiais e militares criados pelo regime para aplicação da lei de segurança Nacional**. O PMDB acredita que as **reformas institucionais** necessárias à instalação do regime democrático e ao exercício dos direitos políticos — essenciais para a transformação social que o povo brasileiro exige — **requerem a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte soberana, livremente eleita pelo voto** direto, obtida, previamente, a ampliação da anistia de modo a alcançar os condenados, a partir de 1964, por crime praticado por motivação política. (CHACON, 1998, p. 585-586. Grifos nossos).

A abertura se define aqui como um fim em si mesmo e neste contexto, toda e qualquer iniciativa que retire dos militares prerrogativas e recursos de poder são bem vindas dado que diminuiriam o risco de um retrocesso autoritário. Sobre este ponto se nota clara diferença em relação ao Programa do PDS quando o mesmo afirma que tão importante quanto a abertura seria a preservação da ordem, da “harmonia” social e do respeito às Forças Armadas.

No que tange ao peso do Estado na economia, o PMDB adota uma postura bastante clara a favor da sua intervenção direta, legitimando o mesmo enquanto principal agente regulador e indutor do desenvolvimento econômico. O aspecto do planejamento se articula de forma marcada com a questão do nacionalismo. A indústria farmacêutica e a exploração das riquezas da Amazônia se constituem em dois exemplos ilustrativos desta questão. A possibilidade do “grande capital privado”, ou do capital externo explorar setores estratégicos da economia é criticada pelo partido.

[...] o PMDB considera que o Estado – **desde que controlado democraticamente** – **deve reter o poder decisório** sobre os fluxos básicos de investimentos da economia. Isto é **fundamental** para que as metas de **redistribuição** da renda e da riqueza não sejam frustradas por inadequado crescimento da produção de bens e serviços. Enquanto o **grande capital** retiver poderes quase irrestritos de investir, desinvestir e orientar os investimentos como lhe aprouver, a **redistribuição** da riqueza e da renda poderá ser bloqueada.

[...] **Os instrumentos** para que a autoridade decisória do Estado seja exercida sobre os investimentos **já existem**, embora **hoje não estejam submetidos ao controle democrático** e ao interesse popular, mas submetidos à lógica de um **crescimento concentrador e excludente**. A enorme massa de recursos tributários e financeiros estatais e o peso das empresas públicas, bem como os poderes legais do Estado para orientar, através de incentivos, taxações, penalidades e proibições, os investimentos de grande porte, **assegurarão, se convenientemente orientados**, a implementação de políticas efetivamente capazes de redistribuir a riqueza e erradicar a miséria, **sem prejuízo do crescimento da economia**. (Chacon, 1985, p. 606. Grifos nossos).

Aqui, o PMDB concentra a sua artilharia sobre dois aspectos concernentes à atuação do Estado na economia durante o regime militar. O primeiro – e mais óbvio – é a ausência de controles democráticos sobre a atuação do Estado e o segundo se constitui nos aspectos que, segundo o PMDB, caracterizaram o modelo de crescimento econômico adotado pelos militares: concentração de renda, endividamento externo e arrocho salarial. Se não causa surpresa o ataque a estes aspectos, é significativo o fato do PMDB indicar claramente em seu programa pontos de contato com a estratégia dos governos militares de utilizar o Estado como agente indutor da economia. A crítica se concentra sobre a forma (não democrática) como a estrutura estatal atuou e sobre as estratégias de crescimento (concentração de renda) postas em prática, mas não sobre o grau de intervenção do Estado na economia. Assim, sobre um dos pontos mais caros à localização em um *continuum* esquerda/direita (grau de intervenção do Estado na economia), não há diferenças significativas entre a posição adotada pelos militares e a defendida pelo principal partido de oposição ao regime.

3.2. Carta de Lisboa, PDT e PTB: quem são os verdadeiros trabalhistas?

A lei nº 6.683, popularmente chamada de Lei da Anistia, foi encaminhada ao Congresso em junho de 1979 e foi promulgada pelo general Figueiredo no dia 28 de agosto do mesmo ano. Logo a seguir, em 22 de novembro de 1979, foi aprovada a Lei Orgânica dos Partidos, que extingue ARENA e MDB e restabelece o pluripartidarismo no Brasil. É neste contexto de intensas articulações que um grupo de políticos e intelectuais se reúne ainda em junho, em Lisboa, sob a liderança de Leonel Brizola. O documento oficial deste encontro materializa a estratégia deste grupo de buscar se constituir enquanto representantes do “autêntico e verdadeiro trabalhismo”.

Reconhecendo que é urgente a tarefa de libertação do nosso povo, nós, brasileiros que **optamos por uma solução Trabalhista** nos encontramos em Lisboa. E se o fizemos fora do país, é porque **o exílio arbitrário e desumano impediu este Encontro** no lugar mais adequado: a Pátria Brasileira. A tarefa de organizar com o nosso povo um Partido **verdadeiramente nacional, popular e democrático** é cada vez **mais premente**. Não desconhecemos as permanentes tentativas das forças autoritárias de esmagar os movimentos dos trabalhadores. Mas o repositório de coragem e dignidade dos trabalhadores faz com que eles não se dobrem nem se iludam. **E com eles estamos nós,**

Trabalhistas. Não podemos deixar de salientar, também, que **aqueles que defendem uma posição de paciência**, assim como a inoportunidade da luta contra a opressão, **não são exatamente os que se encontram em condições de sofrimento e perseguição**, mas ao contrário, navegam nas águas da abundância e dos privilégios. (CHACON, 1985, p. 667. Grifos nossos).

Os três primeiros parágrafos do documento já indicam claramente o que estava em jogo. Para além do fato óbvio de se opor ao regime militar, o que não o diferenciaria das demais oposições, os signatários buscam se distinguir seja dos emedebistas puros, seja dos “petebistas oportunistas”.

Se uma das mais proeminentes estratégias do PMDB para se legitimar enquanto principal veículo de oposição (é interessante notar que o texto dos partidos de oposição buscam se contrapor ao regime e não ao partido que o apoiava. O grande adversário destacado pelo PMDB nos 15 anos de bipartidarismo era o regime e não a ARENA) foi a sua atuação durante o regime de exceção, identifica-se como recorrente entre os remanescentes do antigo PTB (agora tanto no PTB, quanto no PDT) a reivindicação da credencial de verdadeira oposição dado que os “Trabalhistas” teriam sido os que mais sofreram com cassações e com o exílio.

Para além de uma diferenciação implícita em relação aos “falsos” trabalhistas, o texto também indica estratégia de diferenciação em relação aos remanescentes do MDB dado que afirma ser urgente a necessidade de construção de uma organização partidária verdadeiramente popular e democrática. As últimas frases do trecho citado acima deixam clara a estratégia de se diferenciar destes dois grupos. Ao longo de todo o documento, a repetição da expressão: “Nós, Trabalhistas...” também é digna de nota.

A proposta do novo Partido Trabalhista a ser discutida pelo nosso povo e formulada em território brasileiro [...] começa com a **repulsa àqueles que veem no ressurgimento do PTB uma sigla de fácil curso eleitoral**. A nossa proposta tem um sentido claro de opção pelos oprimidos e marginalizados. [...] A partir deste momento devemos concentrar todos os nossos esforços na preparação e organização do Congresso Nacional da organização do novo **PTB**, a realizar-se no Rio de Janeiro, no dia 19 de abril de 1980. Com o Congresso continuaremos firmemente, **sob a inspiração da Carta Testamento do Presidente Getúlio Vargas**, a caminhada junto ao povo que nos levará à emancipação da Pátria. (CHACON, 1985, p. 672. Grifos nossos). A experiência histórica nos ensina, de um lado, que nenhum partido pode chegar e se manter no governo sem contar com o povo organizado e, de outro lado, que as organizações populares não podem realizar suas aspirações sem

partidos que as transforme em realidade através do poder do Estado. A falta de respaldo popular organizado pode levar a situações dramáticas, como aquela que conduziu o **Presidente Getúlio Vargas** a dar um tiro em seu próprio peito. [...] Analisando a conjuntura brasileira concluímos pela necessidade de assumirmos a responsabilidade que exige o momento histórico e de convocarmos todas as forças comprometidas com os **interesses dos oprimidos, dos marginalizados, de todos os trabalhadores** brasileiros, para que nos somemos na tarefa da construção de um Partido **Popular Nacional e Democrático, o nosso novo PTB. Tarefa que não se improvisa, que não se impõe por decisão de minorias**, mas que nasce do encontro do povo organizado com a iniciativa dos **líderes identificados com a causa popular**. (CHACON, 1985, p. 668. Grifos nossos).

Se o fato de ter pertencido ao antigo PTB permite aos signatários desta Carta diferenciarem-se dos demais remanescentes do MDB, o caráter “popular” e “não oportunista” pode também ser interpretado como uma forma de se diferenciar dos remanescentes do antigo PTB que representavam sua ala mais “conservadora” e, ou “elitista”.

Para além da sigla, outros símbolos estavam sendo disputados. E não é por acaso que o texto faz menção ao fundador e grande líder do trabalhismo: Getúlio Vargas. A luta para se credenciar enquanto herdeiro do legado de Vargas também pauta as relações entre os antigos trabalhistas.

Cabe ainda salientar a forma como os signatários da Carta explicam as origens/causas do golpe militar que derruba o Presidente João Goulart em 1964 em função da sua atuação como principal agente desestabilizador de uma estrutura social e econômica “arcaica” e elitista. Nestes termos, o golpe teria ocorrido como único recurso para freiar o antigo PTB em sua luta pela implementação de suas bandeiras transformadores e progressistas.

O grande desafio com que nós, Trabalhistas, nos defrontamos hoje é o de nos situarmos no quadro político brasileiro para **exercer o papel renovador que desempenhávamos antes de 1964 e em razão do qual fomos proscritos**. Com efeito, apesar de termos dito numerosas deficiências, não foi por ela que caímos. **Fomos derrubados, isto sim, em virtude das bandeiras que levantamos**. A velha classe dominante brasileira e os **agentes** internos do **imperialismo, não nos podendo vencer pelo voto, nos excluíram pelo golpe**. A verdade que afinal se fez evidente (depois de copiosamente comprovada) é que o **governo do Presidente João Goulart** foi derrubado por uma ação conjugada. Os **latifundiários** temiam a Lei da Reforma Agrária que, **com nossa presença no Congresso Nacional, seria inevitável**. Por sua vez, o governo norte-americano planejou e coordenou o golpe para evitar a aplicação da **lei de Remessas de Lucros** que poria termo à **espoliação** do Brasil pelas empresas multinacionais. (CHACON, 1985, p. 669. Grifos nossos).

Se as referências a Getúlio Vargas, a João Goulart, ao “nosso PTB” e ao “verdadeiro Trabalhismo” já estavam presentes na Carta de Lisboa, a análise do Programa do PDT não deixa dúvidas quanto ao caráter crucial que a disputa por estes legados passa a ter após a decisão judicial que retira do grupo capitaneado por Leonel Brizola a sigla “PTB”.

O PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA (PDT) tem seus fundamentos na consciência democrática nacional e nas grandes lutas históricas do Trabalhismo brasileiro. Inspira-se na Declaração dos Direitos Humanos das Nações Unidas, no conteúdo da **CARTA TESTAMENTO do Presidente Getúlio Vargas** e na **Carta de Lisboa**, elaborada quando se reuniram os trabalhistas no exílio com os trabalhadores do Brasil. [...] Nosso Trabalhismo **retoma** a bandeira das lutas nacionais e populares pelas **reformas de base em razão das quais foi deposto o governo constitucionalista do Presidente João Goulart**. O Trabalhismo que representamos é o que foi firme na resistência aos quinze anos de autoritarismo. **É o Trabalhismo que sofreu sucessivas ondas de proscricções, aquele que mais contribuiu para a formação da frente de oposição ao regime autoritário**. O Trabalhismo que **conosco** retorna a vida política organizado como PDT é uma força que se alicerça nas batalhas democráticas do nosso povo, como também na experiência nacional e internacional que acumulamos. (CHACON, 1985, p. 673. Grifos nossos).

Os últimos trechos grifados ilustram tentativa deste novo partido de disputar legitimidade no “território” do MDB dado que abre espaço para a tese de que (seja na clandestinidade, seja na oposição consentida) os remanescentes do “Trabalhismo” se constituíram no principal grupo de oposição/resistência ao regime. Se ao longo de 15 anos os ex-Trabalhistas não cassados atuaram sob o guarda-chuva do MDB, neste momento, era chegada a hora da reorganização e do retorno do verdadeiro Trabalhismo na cena política enquanto partido.

Por fim, no que tange à questão do peso do Estado na economia, como seria de se esperar, o PDT defende uma ingerência significativa do Estado na economia através, por exemplo, do monopólio estatal em setores estratégicos e da proteção da economia nacional em relação ao capital externo:

Ao **setor público** se reservará a **propriedade** dos **ramos estratégicos** da produção (tais como energia elétrica, a siderurgia e suas matérias-primas, o petróleo e seus derivados, a indústria química e farmacêutica, os recursos minerais escassos, material bélico, as redes de comunicação, o sistema bancário e financeiro, os serviços urbanos básicos, o comércio exterior). [...] A presença e ação do capital estrangeiro deverão ser **disciplinadas** por legislação que estabeleça **rigorosamente** sua admissão somente em casos especiais e que **defina os setores onde sua participação se faz em caráter obrigatoriamente minoritário**. O retorno desse capital, a **remessa de lucros**,

o pagamento de *royalties* e serviços técnicos **serão igualmente regulados**. [...] serão **nacionalizados** os setores estratégicos da economia brasileira que foram entregues ao capital multinacional. (CHACON, 1985, p. 687. Grifos nossos).

Assim como o texto do PDT, os encarregados da refundação do PTB também buscam se legitimar como porta-vozes do legado deixado pelo antigo PTB, por Vargas e Jango. Desta forma, não causa surpresa encontrar semelhanças significativas entre estes dois Programas.

O PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB) foi fundado em 1945. Sua carta de princípios e seu programa se inspiravam na **obra social do Presidente Getúlio Vargas**. Os fundadores do PTB foram sindicalistas, profissionais e outros cidadãos empenhados em servir ao País [...]. Foi o partido político que mais cresceu durante aqueles 18 anos de liberdade, chegando a ser, em 1964, o que possuía o maior número de representantes na Câmara dos Deputados. [...] Com o advento do regime discricionário em 1964, a deposição do **Governo Constitucional de João Goulart** e o ato da extinção dos partidos políticos, precedida que foi pela onda repressiva e de um sem-número de proscritões de seus dirigentes e quadros militantes, os **trabalhistas** formaram o MDB, única organização de oposição permitida pelo regime. O **PTB contribuiu com um número de parlamentares maior que todos os demais partidos somados para a formação do MDB**. Os trabalhistas, dentro do País ou exilados, permaneceram firmes na resistência e na oposição durante estes 15 anos, **apoando e prestigiando o MDB**, como uma frente das oposições, e por isto mesmo foram sendo eliminados de seus quadros e de sua representação por sucessivas ondas de proscritões. Daí sua escassa presença, hoje na representação parlamentar do MDB. Foi o **PTB a corrente política mais perseguida e visada** pelo poder discricionário ao longo destes anos de autoritarismo e repressão. (CHACON, 1985, p. 647-648. Grifos nossos).

Para além das referências a Vargas, a João Goulart e ao papel desempenhado pelo antigo PTB, outro ponto que aproxima os textos de PDT e PTB é a relação que os mesmos estabelecem entre o antigo PTB e o MDB, ambos na tentativa de disputar com o recém-formado PMDB a legitimidade de real oposição ao regime. Neste sentido, se o PMDB se coloca como principal força de oposição dado que representou este papel institucionalmente ao longo do período bipartidário, tanto PDT quanto PTB buscam se apropriar deste capital político ao afirmar indiretamente que se o MDB tinha algo de autêntico e de realmente oposicionista, este algo era justamente a presença no seu interior dos antigos petebistas. E, mais uma vez, aqui o grande número de cassações que expetebistas irão sofrer no seio do MDB é utilizado como um “dado” para comprovar tal afirmação.

Contudo, paralelo aos apelos que se repetem em um e outro Programa, é possível identificar diferenças de nuances significativas entre os mesmos. Um exemplo destas diferenças se identifica quando se analisa o discurso do PTB sobre desenvolvimento econômico.

O trabalhismo como partido político (PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO - PTB), é uma ação política de natureza essencialmente dinâmica, democrática e democratizadora, que visa à transformação das estruturas econômicas e sociais no sentido do **desenvolvimento harmônico** e independente e da participação do povo trabalhador, portanto, de um número cada vez maior de homens e mulheres em todos os campos e atividades, nos frutos da produção, nas decisões políticas e em **todos os bens do progresso e da civilização**. Por conseguinte, o PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO expressa, representa e defende os direitos e aspirações das grandes maiorias populares de nosso país [...] de tal modo que esta sociedade venha a ser cada dia **mais livre, mais fraterna e igualitária**. Eis por que o trabalhismo é o caminho brasileiro para a construção de uma sociedade democrática e socialista. (CHACON, 1985, p. 648-649. Grifos nossos).

Se os programas do PDT e, mesmo do PMDB, afirmam que o desenvolvimento nacional passam por algum tipo de enfrentamento a forças nacionais e externas que exploram nossa população, neste texto identifica-se uma mudança significativa na forma de enquadramento desta questão. A ênfase na harmonia e na fraternidade aproxima o texto do PTB ao texto do PDS ao indicar a possibilidade de um desenvolvimento em que “todos ganham”, indo de encontro à constatação de significativos conflitos de interesses entre os atores econômicos em jogo. E quando se fala em exploração e em grupos “privilegiados” que ganhariam com a pobreza da população, os atores sociais não são identificados e se faz referência aos mesmos a partir de expressões genéricas como “estruturas internas”.

3.4 PT: o “verdadeiro novo”

Apesar das diferenças significativas de estilo e de conteúdo identificadas nos Programas do PMDB, do PDT e do PTB, existe um dado que permite a defesa do argumento de que todos eles representam “mais do mesmo”. Tal ponto se constitui no fato de que todos eles têm como origem um partido político anterior (seja o PTB, seja o MDB). Não é à toa que o Programa do PT já no seu

início dá ênfase para o fato de que o mesmo surge de forma “efetivamente popular” dado que o mesmo teria nascido do “movimento social organizado”.

Após prolongada e dura resistência democrática, **a grande novidade** conhecida pela sociedade brasileira é a **mobilização dos trabalhadores** para lutar por melhores condições de vida para a população das cidades e dos campos. [...] Estas lutas levaram ao enfrentamento **dos mecanismos de repressão impostos aos trabalhadores, em particular o arrocho salarial e a proibição do direito de greve**. Mas tendo de enfrentar um regime organizado para afastar o trabalhador do centro de decisão política, **começou a tornar-se cada vez mais claro para os movimentos populares que as suas lutas imediatas e específicas não bastam** para garantir a conquista dos direitos e dos interesses do povo trabalhador.

Por isto **surgiu a proposta do Partido dos Trabalhadores O PT nasce da decisão dos explorados** de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados. (CHACON, 1985, p. 693-694. Grifos nossos).

Os primeiros pontos grifados demonstram o quanto o PT irá buscar se legitimar a partir de um ponto de partida significativamente diferente em relação aos partidos até então analisados. Se até aqui os partidos conceberam sua relação com a população/movimentos sociais como uma relação de liderança entre dois grupos distintos, a estratégia do PT será a de buscar se legitimar enquanto o único partido que não nasce “de cima para baixo”, mas sim, dos “movimentos sociais organizados”. A própria ênfase que o texto dá à repressão destaca este ponto. Até aqui, PMDB, PDT e PTB valorizam a dimensão “política” da repressão (cassações, exílio, perseguição a lideranças opositoras, etc). Já o PT centralizará sua artilharia na denúncia do que se pode denominar como a dimensão socioeconômica desta repressão. A citação a seguir ilustra bem este ponto: *“Para o PT a **luta democrática concreta** de hoje é a de garantir o direito à **livre organização dos trabalhadores** em todos os níveis*”. (CHACON, 1985, p. 697. Grifos nossos). Se para PDS, PFL, PMDB, PTB e PDT tanto a democratização das instituições representativas formais, quanto a democratização do acesso a melhores condições de vida são ressaltados, no texto do PT chama a atenção a valorização da segunda dimensão desta “democratização”.

O aspecto curioso é que ao mesmo tempo que se reivindica mais autêntico por nascer no seio dos movimentos sociais, o texto justifica a formação de um partido para que os movimentos que impulsionam estas mesmas lutas tenham

maior efetividade e maior poder de pressão. Dito com outras palavras seria necessário fundar uma organização partidária para “unificar” e “conduzir” as “reais” lutas dos trabalhadores.

Contudo, a estratégia de se diferenciar da tradição populista do trabalhismo se torna clara quando o texto reafirma que o PT é realmente diferente por não surgir atrelado a estruturas verticais de poder e ao parlamento, mas sim: “das bases”.

Não existe liberdade onde o direito de greve é fraudado na hora da sua regulamentação, **onde sindicatos urbanos e rurais e as associações profissionais permanecem atrelados ao Ministério do Trabalho.** [...]

Um número cada vez maior de **trabalhadores vem sentindo a necessidade de construir um partido político** [...] um partido **diferente daqueles que os poderosos nos impuseram ontem e tentam nos impor hoje.** Um partido feito por **nós**, para travar **nossas** lutas.

Nosso partido é diferente porque é democrático: nele quem manda são as bases. É diferente porque está presente em todas as lutas do movimento popular, em vez de aparecer apenas em épocas de eleição. (CHACON, 1985, p. 695 e 696. Grifos nossos).

Por fim, outro ponto que se destaca na estratégia fundacional do PT é a ênfase nos limites da democracia formal. Aqui, a inspiração em Gramsci é clara quando se enfatiza novamente a necessidade de construção e fortalecimento do partido em contato direto com os diversos movimentos sociais e populares e no esforço de engajamento dos setores ainda não mobilizados para uma ação coordenada.

[...] nosso partido **não pode nascer pronto e acabado.** Ele **se desenvolve ao mesmo tempo em que se desenvolvem as lutas** dos trabalhadores. Lutas que não começam hoje nem começaram ontem, mas que deram importantes passos nos últimos anos, **impondo a necessidade de unificar os movimentos** que ocorrem em diferentes fábricas ou bairros populares, em diferentes categorias sociais e profissionais e em diferentes regiões do País. [...] Somente esta **participação política unificada** e seu **direcionamento** contra o atual regime permitirão transformar a infinidade de movimentos que vêm se desenvolvendo nos últimos anos em uma **força política verdadeiramente expressiva** em nossa sociedade. É para isto que os trabalhadores precisam de um **partido nacional** e que, portanto **não se limite a tal categoria ou a tal região.** (CHACON, 1985, p. 696. Grifos nossos).

5. Considerações finais

Este trabalho procurou identificar e problematizar as estratégias postas em marcha pelos principais partidos políticos brasileiros criados no início da transição para o atual período democrático. As diferentes estratégias de se ler o passado e projetar o futuro, as disputas pelos diferentes símbolos e os jogos de identidade com os quais cada organização busca criar/recriar sua própria “cara” e legitimar sua atuação no processo de abertura que se avizinhava puderam ser claramente identificados. Este mapeamento dos Programas permitiu, portanto, mensurar a riqueza da agenda que pautou este período – crucial – de fundação e refundação não só de organizações partidárias, mas também de grupos/famílias políticas (muitos dos quais se caracterizavam por possuírem identidades cruzadas).

Cabe, por fim, salientar em virtude dos objetivos deste trabalho, nossa “lente” privilegiou os temas diretamente relacionados às disputas por identidade. Não nos isentamos da responsabilidade pela seleção dos temas, pontos de vista e argumentos que a análise privilegiou, dentre todo o rico material que os Programas forneceram para a análise.

6. Referências bibliográficas

- Benoit, K. and M. Laver (2006). Party policy in modern democracies. Milton Park, Abingdon, Oxon ; New York, Routledge.
- Budge, I., Robertson, D. et al. (1987). Ideology, strategy, and party change : spatial analyses of post-war election programmes in 19 democracies. Cambridge Cambridgeshire ; New York: Cambridge University Press.
- Budge, Ian, Volkens, A. et. al. (eds.). (2001). Mapping Policy Preferences: estimates for parties, electors and governments, 1945-1998. New York, Oxford University Press.
- Budge, I. (1999). Estimating party policy preferences: from ad hoc measures to theoretically validated standards. Colchester, Essex, Department of Government University of Essex.

- Chacon, V. (1985). História dos Partidos Brasileiros: discurso e prática dos seus programas. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, segunda edição.
- Downs, A. (1999). Uma teoria econômica da democracia. São Paulo: Edusp.
- Gabel, Matthew J. and Huber, John D. (2000). Putting Parties in Their Place: Inferring Party Left-Right Ideological Positions from Party Manifestos Data. In: American Journal of Political Science, Vol. 44, No. 1 (Jan) 94-103.
- Giddens, Anthony. (1996). Para Além da Esquerda e da Direita: o futuro da política radical. São Paulo, Ed. UNESP.
- King, G., M. Laver, et al. (1993). "Party Platforms, mandates and government spending." APSR 87(3).
- Klingemann, H.-D., Volkens, A. et al. (2006). Mapping Policy Preferences II: Estimates for parties, electors, and governments in Eastern Europe, European Union and OECD 1990-2003. Oxford, Oxford University Press.
- Madeira, Rafael Machado. (2006), Vinhos antigos em novas garrafas: a influência de ex-arenistas e ex-emedebistas no atual multipartidarismo brasileiro. (Tese de Doutorado). Porto Alegre: PPG – Ciência Política – UFRGS.
- MADEIRA, Rafael M. TAROUÇO, Gabriela (2011). Esquerda e Direita no Brasil: uma análise conceitual. Revista Pós Ciências Sociais, v. 8, p. 171-185.
- MELHEM, Célia S. (1998), *Política de Botas Amarelas: O MDB/PMDB paulista de 1965 a 1988*. São Paulo, Editora Hucitec – USP.
- Power, Timothy. (2008). Centering Democracy? Ideological Cleavages and Convergence in the Brazilian Political Class. In: Kingstone, Peter and Power, Timothy (eds). Democratic Brazil Revisited. University of Pittsburgh, Pittsburgh.
- Power, T. and C. Zucco Jr. (2009). "Estimating Ideology of Brazilian Legislative Parties, 1990–2005: A Research Communication." Latin American Research Review 44(1): 218-246.
- Quadros, Marcos. (2012). Progressistas, mas conservadores: a ideologia do Partido Progressista (PP) no Rio Grande do Sul. (Dissertação de mestrado). Porto Alegre: PPG Ciências Sociais, PUCRS.

Tarouco, Gabriela da S. (2007). Os partidos e a Constituição: ênfases programáticas e propostas de emenda. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, IUPERJ.

_____. (2008). Classificação ideológica dos partidos brasileiros: notas de pesquisa. 32º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu.

Tarouco, Gabriela da S. Madeira, Rafael M. (2009). A dimensão esquerda-direita: um debate sobre os partidos brasileiros. XIV CISO - Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste. Recife.